

Gestão 2022-2024

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional
Paulo César Zeni
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Legislativo
Romão Avila Milhan Junior
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Renzo Siufi
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Camila Augusta Calarge Doreto
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sergio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sergio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Junior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª a 6ª feira, das 12 às 19 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão

e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: caodh@mpms.mp.br

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA****PORTARIA Nº 4885/2023-PGJ, DE 13.9.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5 de maio de 2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Thiago de Souza da Silva, ocupante do cargo efetivo de Analista, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Núcleo do Corpo Técnico de Engenharia e Arquitetura no período de 11 a 20.9.2023, em razão de afastamento do titular, Jean Claud Borges Maciel Pinheiro.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 4886/2023-PGJ, DE 13.9.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Louise Isabelita Lima de Brites Padovan, ocupante do cargo efetivo de Técnica I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Campo Grande e designada para prestar serviços na 31ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à Promotoria de Justiça de Itaporã, mediante acesso remoto aos sistemas informatizados, no período de 12.9 a 19.12.2023, em razão de afastamento da servidora Jéssica Carli de Oliveira, Técnica I.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 4890/2023-PGJ, DE 14.9.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Eudes Limeira da Silva, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado na 2ª Promotoria de Justiça de São Gabriel do Oeste, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à Promotoria de Justiça de Rio Negro, mediante acesso remoto aos sistemas informatizados, no período de 28.8 a 6.9.2023, em razão de afastamento do servidor Márcio Henrique Hada, Técnico II.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 4891/2023-PGJ, DE 14.9.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Lenice Mie Joboji, ocupante do cargo efetivo de Técnica II, símbolo MPTE-202, lotada nas Promotorias de Justiça de Campo Grande e designada para prestar serviços na 21ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 15ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 13 a 22.9.2023, em razão de afastamento do servidor Guilherme Ken It de Campos Kikuchi, Técnico II.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 4892/2023-PGJ, DE 14.9.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Thaisa Aparecida Campagna de Assis, ocupante do cargo em comissão de Assessora Jurídica, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício na 7ª Promotoria de Justiça de Corumbá, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 2ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 11 a 20.9.2023, em razão de afastamento da servidora Manoela Souza Schmitz Moreira, Assessora Jurídica.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 4893/2023-PGJ, DE 14.9.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Leonardo de Almeida Campos, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, lotado nas Promotorias de Justiça de Ponta Porã e designado para, com prejuízo de suas funções, prestar serviços na 13ª Promotoria de Justiça de Campo Grande, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 10ª Promotoria de Justiça de Campo Grande no período de 13 a 22.9.2023, em razão de afastamento do servidor Guilherme Ken It de Campos Kikuchi, Técnico II.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1039/2023-PGJ, DE 13.9.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Alasson Saraiva, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, a serem usufruídas nos períodos de 8 a 17.4.2024 e de 11 a 20.12.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 29.4 a 8.5.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1040/2023-PGJ, DE 13.9.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 05 e 3 maio de 2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Leonardo da Silva Oba, referentes ao período aquisitivo 2018/2019, a serem usufruídas nos períodos de 16 a 25.10.2023 e de 20 a 29.11.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 4 a 13.12.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1041/2023/PGJ, DE 13.9.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 05 e3 maio de 2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Rodrigo Peixoto Santos, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 2 a 11.10.2023 e de 15 a 24.2.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 16 a 25.10.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1042/2023/PGJ, DE 13.9.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 05 e3 maio de 2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Joacir Franca Giesen, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas no período de 15.1 a 3.2.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 9 a 18.10.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1043/2023/PGJ, DE 13.9.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Izabeli Araujo Olivette, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 22.11 a 1º.12.2023, de 20 a 29.5.2024 e de 18 a 27.11.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1044/2023/PGJ, DE 13.9.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Luis Henrique Zaidan Blecha, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, a serem usufruídas nos períodos de 6 a 15.3.2024 e de 1º a 10.7.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 2 a 11.2.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1045/2023/PGJ, DE 13.9.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 05 e3 maio de 2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Daniela Cristina Junqueira Nelli Willmer, referentes ao período aquisitivo 2019/2020, a serem usufruídas nos períodos de 2 a 11.10.2023 e de 8 a 17.4.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 16 a 25.10.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1046/2023/PGJ, DE 13.9.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 05 e3 maio de 2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Everaldo Almeida Dos Santos, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas no período de 6 a 25.5.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 16 a 25.10.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**COMISSÃO DE CONCURSO****EDITAL Nº 11/2023/COC/MPMS****SESSÃO PÚBLICA DE IDENTIFICAÇÃO DAS PROVAS ESCRITAS E DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DOS CANDIDATOS REMANESCENTES**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, e Presidente da Comissão do XXIX Concurso Público de Provas e Títulos para ingresso na Carreira do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, aberto pelo Edital nº 1/2022/COC/MPMS, no uso de suas atribuições legais, **DIVULGA** a data de realização da **Sessão Pública de Identificação das Provas Escritas e Divulgação do Resultado dos candidatos remanescentes**, em atendimento à Decisão da Comissão de Concurso nº 0002/2023/XXIX/MPMS, publicada no Diário Oficial do Ministério Público nº 2969, de 1º.9.2023, nos seguintes termos:

Art. 1º A Sessão Pública de identificação das provas escritas e divulgação dos resultados dos candidatos remanescentes, nos termos do subitem 14.20 do Edital de Concurso Público nº 1/2022/COC/MPMS e da Decisão da Comissão de Concurso nº 0002/2023/XXIX/MPMS, será realizada no dia **19 de setembro de 2023, a partir das 13h**, no Auditório Doutor Nereu Aristides Marques, do edifício-sede da Procuradoria-Geral de Justiça, localizado na Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214, Jardim Veraneio, Campo Grande-MS.

Art. 2º. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande, 14 de setembro de 2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

Presidente da Comissão de Concurso

CONSELHO SUPERIOR

Retificação em deliberação proferida pelo egrégio Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul em sua 15ª Sessão de Julgamento Virtual, iniciada em 21 de agosto de 2023, publicada no Diário Oficial do Ministério Público (DOMPMS) nº 2.976, de 14.9.2023:

O subitem 3 (Inquérito Civil nº 06.2022.00001036-9) do item “**2.1.6. RELATORA-CONSELHEIRA LENIRCE APARECIDA AVELLANEDA FURUYA**” passa a vigorar acrescido da seguinte deliberação:

“Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.”

Campo Grande, 14 de setembro de 2023.

MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO

Procuradora de Justiça

Secretária do Conselho Superior do Ministério Público

**CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO****AVISO N. 0004/2023/CGMP/MS**

O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 168 da Lei Complementar nº 72/94, alterada pela Lei Complementar nº 145/2010,

A V I S A:

Serão objeto de Correição Ordinária as Promotorias de Justiça abaixo elencadas, cujos procedimentos correicionais iniciar-se-ão a partir do 15º dia da publicação deste aviso:

1ª PJ Fátima do Sul
2ª PJ Fátima do Sul
1ª PJ Rio Brilhante
2ª PJ Rio Brilhante
1ª PJ Caarapó
2ª PJ Caarapó
1ª PJ Dourados
2ª PJ Dourados
3ª PJ Dourados
4ª PJ Dourados
5ª PJ Dourados
6ª PJ Dourados
7ª PJ Dourados
8ª PJ Dourados
9ª PJ Dourados
10ª PJ Dourados
11ª PJ Dourados
13ª PJ Dourados
14ª PJ Dourados
15ª PJ Dourados
16ª PJ Dourados
17ª PJ Dourados
PJ Glória de Dourados
PJ Itaporã
PJ Nova Alvorada do Sul
PJ Deodápolis

Campo Grande, 13 de setembro de 2023.

SILVIO CESAR MALUF

Corregedor-Geral do Ministério Público

**PORTARIA N° 0010/2023/CGMP/MS**

O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, em atendimento ao artigo 5º, inciso IV, da Resolução n° 23/2023-PGJ, de 29/05/2023, que dispõe sobre o plantão da Administração Superior do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul,

RESOLVE:

Alterar, em parte, a Portaria n° 0008/2023/CGMP/MS de 16/06/2023, publicada no DOMP n° 2.916, de 19/06/2023, que estabeleceu a escala de plantão da Corregedoria-Geral do Ministério Público, referente ao segundo semestre do ano de 2023, de forma que:

1. Na parte onde consta:

PERÍODO DE PLANTÃO	PLANTONISTA
04.09 (19h01) a 11.09 (11h59)	Élcio Félix D'Angelo
11.09 (19h01) a 18.09 (11h59)	Antonio André David Medeiros

2. Passe a constar:

PERÍODO DE PLANTÃO	PLANTONISTA
04.09 (19h01) a 11.09 (11h59)	Antonio André David Medeiros
11.09 (19h01) a 18.09 (11h59)	Élcio Félix D'Angelo

Campo Grande (MS), 11 de setembro de 2023.

SILVIO CESAR MALUF
Corregedor-Geral do Ministério Público

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**EXTRATO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N° 1/2023 ENTRE MPMS E SECRETARIA DE GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ**

Processo n° 09.2023.00003213-4

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral de Justiça, **Alexandre Magno Benites de Lacerda**;

2- **SECRETARIA DE GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ**, representado por seu Secretário de Governo, **Marcelo Nunes Nolleto**.

Amparo legal: Artigo 116 da Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993.

Objeto: A conjugação de esforços entre os partícipes para o aprimoramento da gestão e processos de inovação, por meio do compartilhamento de projetos e boas práticas que possam ser passíveis de cessão, sem ônus para o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Vigência: 24.08.2023 a 24.08.2025.

Data da assinatura: 24 de agosto de 2023.

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA FINAL****CAMPO GRANDE****EDITAL Nº 0024/2023/34PJ/CGR**

A 34ª Promotoria de Justiça de Campo Grande-MS, sediada na rua Luiz Freire Benchetrit, 160, bairro Miguel Couto, em Campo Grande-MS, CEP 79040-140, telefone: (67) 3357-2571/2572, torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, disponível para consulta no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2023.00000502-6

Requerente: Moradores do bairro Cohafama

Requerido: A Apurar

Objeto(s): Verificar o cumprimento das atribuições institucionais, pelo órgão ambiental, efetivando as medidas necessárias ao exercício do poder de polícia, visando à manutenção regular dos lotes descritos na vistoria que instruiu a notícia de fato nº 01.2022.00009021-0.

Campo Grande, 14 de setembro de 2023

LUIZ ANTÔNIO FREITAS DE ALMEIDA

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0025/2023/34PJ/CGR

A 34ª Promotoria de Justiça de Campo Grande-MS, sediada na rua Luiz Freire Benchetrit, 160, bairro Miguel Couto, em Campo Grande-MS, CEP 79040-140, telefone: (67) 3357-2571/2572, torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, disponível para consulta no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2023.00000549-2

Requerente: Núcleo Ambiental de Apoio ao CAOMA - MPMS

Requerido: Município de Campo Grande

Objeto(s): Apurar os danos ambientais na área de preservação permanente da Nascente (codificação) P13-LAJ, estabelecida nos limites da Bacia Hidrográfica do Córrego Lajeado, com acesso na rua Ênio Cunha, entre as ruas Many Scaff e Chain Jorge, Vila Santo Eugênio (Parecer Água para o Futuro n. 047/2022)

Campo Grande, 14 de setembro de 2023

LUIZ ANTÔNIO FREITAS DE ALMEIDA

Promotor de Justiça



PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA ESPECIAL

BRASILÂNDIA

EDITAL N. 0009/2023/PJ/BR

A Promotoria de Justiça da Comarca de Brasilândia/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de outras atividades não sujeitas a inquérito civil abaixo especificado. O referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet (mediante senha que pode ser obtida nesta promotoria de Justiça), no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e ficará à disposição de eventuais interessados na Rua Raimundo Assis de Alencar, nº 1075, Centro - Brasilândia/MS.

Procedimento Administrativo de outras atividades não sujeitas a inquérito civil nº 09.2023.00009676-2

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Brasilândia/MS

Assunto: Acompanhar a implantação de comitê municipal de combate às arboviroses e de outras providências a serem adotadas em Brasilândia sobre a temática"

Brasilândia/MS, 12 de setembro de 2023.

ADRIANO BARROZO DA SILVA

Promotor de Justiça

EDITAL N. 0010/2023/PJ/BR

A Promotoria de Justiça da Comarca de Brasilândia/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de outras atividades não sujeitas a inquérito civil abaixo especificado. O referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet (mediante senha que pode ser obtida nesta promotoria de Justiça), no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e ficará à disposição de eventuais interessados na Rua Raimundo Assis de Alencar, nº 1075, Centro - Brasilândia/MS.

Procedimento Administrativo de outras atividades não sujeitas a inquérito civil nº 09.2023.00009472-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Brasilândia/MS

Assunto: Acompanhar a situação do transporte escolar e frequência das crianças e adolescentes moradoras do Reassentamento Novo Porto João André, em razão da alteração do turno das matrículas"

Brasilândia/MS, 12 de setembro de 2023.

ADRIANO BARROZO DA SILVA

Promotor de Justiça



CHAPADÃO DO SUL

EDITAL Nº 0007/2023/2ªPJCS

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Chapadão do Sul/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Mato Grosso do Sul, n. 435, Parque União, CEP 79560-000, Chapadão do Sul/MS. O referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Inquérito Civil nº 06.2023.00000915-5

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Nelci Terezinha dos Santos

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 0,46 hectares de vegetação nativa, em área declarada como Reserva Legal Proposta, na Fazenda Bela Vista e Fazenda Mondai, em Chapadão do Sul/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico n. 312/23/NUGEO (Programa DNA Ambiental);

Chapadão do Sul, 13 de setembro de 2023.

THIAGO BARILE GALVÃO DE FRANÇA

Promotor de Justiça

DOURADOS

EDITAL 0014/2023/10PJ/DOS

A 10ª Promotoria de Justiça de Dourados -MS, torna pública a instauração de Procedimento Administrativo abaixo, cujos autos digitais podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo nº 09.2023.00009663-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Dourados/MS

Assunto : Visando a acompanhar e fiscalizar o cumprimento da decisão judicial exarada nos autos n.º 0900006-05.2019.8.12.0002 acerca dos serviços de média complexidade em reabilitação auditiva no Município de Dourados/MS.

Dourados, 12 de setembro de 2023

LUIZ GUSTAVO CAMACHO TERÇARIOL

Promotor de Justiça em substituição legal

**PORTO MURTINHO****EDITAL N. 0026/2023/PJ/PTM**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Murtinho, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua 13 de maio, n. 444, Centro, Porto Murtinho-MS.

Inquérito Civil n. 06.2023.00000966-6

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Agropecuária Santo André Ltda.

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 24,826 hectares de vegetação nativa, bem como a supressão de 39,514 hectares de corte de árvores isoladas, na Fazenda Vertente, em Porto Murtinho, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Auto de Infração n. 009301/2022 e Laudo de Constatação n. 012038/2022 (Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul-IMASUL).

Porto Murtinho, 12 de setembro de 2023.

ALLAN CARLOS COBACHO DO PRADO

Promotor de Justiça em Substituição Legal

SÃO GABRIEL DO OESTE**PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE ACOMPANHAMENTO DE INSTITUIÇÕES Nº MP 09.2023.00005910-1****MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL****RECOMENDAÇÃO**

Procedimento Administrativo nº MP 09.2023.00005910-1

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por seu Promotor de Justiça Curador das Fundações que ao final subscrive, no uso de suas atribuições, com fundamento no art. 127, *caput*, da Constituição Federal; art. 27, parágrafo único, Inciso IV da Lei Federal nº 8.625 de 12/02/93; art. 29, IV da Lei Complementar Estadual nº 072 de 19/01/94; e art. 44 da Resolução nº 015-PGJ de 27/11/07;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127 da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que constitui função institucional do Ministério Público a proteção do patrimônio público e social, dos interesses sociais difusos e coletivos, conforme os arts. 127, *caput*, e 129, incisos III, VI, VIII e XI, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que constitui atribuição do Ministério Público Estadual velar pelas fundações no respectivo Estado onde se achem sediadas ou em que operem, consoante o art. 66 do Código Civil (Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002);

CONSIDERANDO que essa função o Ministério Público deve exercer, precipuamente, a partir do exame e da decisão quanto ao ato de instituição das fundações, bem como da fiscalização efetiva e constante dos atos praticados pela sua administração e pela análise da prestação anual de contas dessas entidades, consoante disposição dos arts. 764 e 765 do Código de Processo Civil (Lei Federal nº 13.105, de 16 de março de 2015) e 63, 65, *caput* e parágrafo único, 67, 68 e 69 do Código Civil;

CONSIDERANDO que, em função do interesse social que lhes é intrínseco, as fundações privadas devem ser geridas em consonância com os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, transparência, economicidade,



razoabilidade e eficiência;

CONSIDERANDO que a publicidade e a transparência são pedras fundamentais na construção do controle social, sem as quais resta inviabilizada a fiscalização, tanto pelos demais cidadãos interessados como pelos órgãos de controle;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público Estadual expedir recomendações, visando à melhoria dos serviços de relevância pública, bem como ao respeito aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, fixando prazo razoável para a adoção das providências cabíveis (art. 27.º, par. único, inc. IV, da Lei Federal 8.625/93);

CONSIDERANDO que, segundo o artigo 1º da Resolução nº 164/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público, *“a recomendação é instrumento de atuação extrajudicial do Ministério Público por intermédio do qual este expõe, em ato formal, razões fáticas e jurídicas sobre determinada questão, com o objetivo de persuadir o destinatário a praticar ou deixar de praticar determinados atos em benefício da melhoria dos serviços públicos e de relevância pública ou do respeito aos interesses, direitos e bens defendidos pela instituição, atuando, assim, como instrumento de prevenção de responsabilidades ou correção de condutas”* (grifei);

O Ministério Público Estadual, por seu Promotor de Justiça Curador das Fundações que ao final subscreve, com fundamento no artigo 129, inciso II, da Constituição Federal, artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei Federal n. 8.0625, de 12 de fevereiro de 1993, artigo 29, IV da Lei Complementar Estadual nº 072 de 19/01/94, artigo 44 da Resolução nº 015-PGJ de 27/11/07 e artigo 4º, inciso IX, da Resolução 20/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, visando à adequação dos atos praticados pela Fundação Educacional Cristo Rei aos ditames constitucionais e legais, RECOMENDA:

À Fundação Educacional Cristo Rei, na pessoa do seu Presidente Edimar Rocha Cardoso:

- Que estabeleça mecanismos de publicidade e transparência no âmbito da gestão e destinação dos recursos financeiros, de molde a viabilizar o exercício do controle social, sobretudo aos Órgãos de Controle e aos pais e responsáveis por alunos matriculados;
- Que disponibilize canais de comunicação, tais como para acesso e solicitação de informação aos responsáveis por alunos da fundação; canal de sugestão; portal de divulgação de balancetes e investimentos em determinada temporalidade, como bimestral, trimestral ou semestral, por exemplo.

Por fim, nos termos do art. 45, caput e parágrafo único, da Resolução n. 015/2007/PGJ, aguarda-se o prazo de 30 (trinta) dias para que a recomendada, através de seu Presidente, responda, por escrito, a este expediente, devendo providenciar, *incontinenti*, a divulgação adequada e imediata da presente recomendação em todos os meios de comunicação disponíveis, sem prejuízo da publicação que será providenciada pelo próprio Ministério Público Estadual.

São Gabriel do Oeste, *data da assinatura digital*.

DANIEL HIGA DE OLIVEIRA
Promotor de Justiça